

# **II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

## **DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA I**

**EDSON RICARDO SALEME**

**GUILHERME APARECIDO DA ROCHA**

**LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Diretora Executiva** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

**Representante Discente:** Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

**Comunicação:**

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

**Eventos:**

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito administrativo e gestão pública [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Livio Augusto de Carvalho Santos

Guilherme Aparecido da Rocha

Edson Ricardo Saleme – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-193-7

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Direito, pandemia e transformação digital: novos tempos, novos desafios?

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. II Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



## **II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA I**

---

#### **Apresentação**

Tivemos a satisfação de presenciarmos a exposição de alunos de graduação e pós-graduação de diversas universidades brasileiras no II Encontro Virtual do CONPEDI, que fomos chamados a coordenar.

Trabalhos de excelência de discentes de faculdades públicas e privadas de Direito foram apresentados comentando as últimas ocorrências e as decisões que geraram maior polêmica no meio jurídico. Matérias dinâmicas que merecem estudo também foram abordadas como sinônimo do grande empenho relacionadas à pesquisa que o Congresso atrai.

O pesquisador Edgar Pinto da Costa de Mendonça apresentou trabalho com o título “A flexibilização do posicionamento acerca de impenhorabilidade de salário pelo Superior Tribunal de Justiça”, que mediante relevante leitura sobre a evolução do tema.

As autoras Bruna Porto de Oliveira Cunha e Natasha Siqueira Mendes de Nova expuseram sobre “A lei complementar no 173/2020 sob a luz do pacto federativo”. O trabalho revelou as nuances da nova legislação em período pandêmico.

Orientada pela Profa. Dr<sup>a</sup>. Lise Tupiassu, a pesquisadora Letícia Vieira do Nascimento apresentou a pesquisa “A tributação de gênero aplicada ao ICMS no Estado do Pará”, propondo inovadora maneira de viabilizar a igualdade de gênero a partir da tributação.

O trabalho com o título “Lei 13.988/20: transação tributária ou parcelamento?” foi apresentado pelo pesquisador Gilmar Geraldo Gonçalves de Oliveira e orientado pelo Prof. Dr. Sérgio Henrique Zandoná Freitas, com a proposta de analisar a “inovação” legislativa

recém inserida no ordenamento jurídico.

O pesquisador Carlos Alberto de Souza e Silva Filho expôs trabalho com o título “Processo estrutural e neoconstitucionalismo, uma intrínseca relação”.

O título “Que fatores provocam a (in)segurança na elaboração do planejamento tributário das micro e pequenas empresas?” rotulou a pesquisa de Wanderson Reis, que abordou as dificuldades na implantação do planejamento tributário em âmbito nacional, com relevantes contribuições empíricas.

Os pesquisadores Lara Miranda Caloy e Guilherme Antônio Rodrigues expuseram trabalho com o título “Reavaliando os tributos: uma análise comparada da reforma tributária brasileira e neozelandesa”, mediante inovadora leitura comparativa, que muito tem a contribuir no atual cenário de reforma legislativa tributária.

O trabalho “Transação tributária como forma alternativa eficaz de solução de conflito” foi desenvolvido e apresentado por Daniella Silva de Souza e Ana Beatriz Rocha dos Santos, e indicou um caminho necessário à redução das demandas judiciais de natureza tributária.

Orientada pelo Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas, a pesquisadora Neide da Costa Fernandes Chaves apresentou o trabalho “A Administração Pública em tempos de pandemia: o exercício do poder de polícia e seus limites”.

Também orientadas pelos Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas, as pesquisadoras Nathália Rodrigues da Silva e Bruna Christine de Souza Ribeiro expuseram o trabalho “A covid-19 e os impactos nas finanças públicas”, com análise realística sobre as dificuldades da gestão pública em decorrência da pandemia de 2020.

A pesquisadora Arianne Brito Cal Athias, orientada pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Arianne Brito Cal Athias, apresentou o trabalho “A dispensa de licitação da Lei nº 13.979/2020 na aquisição de respiradores para o combate à COVID-19”, com a indicação de dados atuais e relevantes sobre problemas identificados no processo de compra dos referidos aparelhos, com corte metodológico preciso.

O Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro orientou a pesquisa “A eficiência no combate à improbidade administrativa pela realização de acordo de não persecução cível”, desenvolvida pela aluna Ana Júlia Ramos Padua. O objeto trouxe à discussão a possibilidade jurídica e a conveniência da realização de acordos que viabilizem a não judicialização em relação ao objeto indicado.

Também orientada pelo Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro, a aluna Carolina Carelli apresentou a pesquisa “a responsabilização por improbidade administrativa diante da medida provisória 966”.

O trabalho com o título “Análise da (ir)responsabilidade civil do estado pelos prejuízos extracontratuais causados aos particulares pela ocorrência da pandemia do covid-19” foi exposto pelos pesquisadores Gabriela de Vasconcelos Sousa e Fernando Reis Chiari, orientados pelo Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandoná Freitas. A pesquisa revela temas que ocupam (e continuarão ocupando) a pauta do Judiciário brasileiro pelos próximos anos.

O Prof. Dr. Lucas Bevilacqua Cabianca Vieira orientou as alunas Verônica Issi Simões Bastos e Pollyanna Christina Gonçalves Sobrinho Zandonai, que apresentaram trabalho com o título “Aplicação de precedentes judiciais vinculantes: um estudo de caso da atuação da PGE/GO a partir de 2010”. O corte metodológico e a clareza da leitura apresentada foram precisos e revelam uma pesquisa com alta carga de contribuição ao planejamento da Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

O “Endividamento público - causas e consequências do desequilíbrio orçamentário e

financeiro dos entes federados” foi o tema da pesquisa apresentada pela aluna Rivânia Mara Alves Menicucci, orientada pelo Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas.

A pesquisadora Clara Maria Silva Dias enfrentou o tema “Movimento antivacina: análise jurídica da recusa à vacinação”, mediante leitura técnica das implicações de conduta atualmente identificada em parte da sociedade brasileira.

As pesquisas revelaram a abordagem de temas atuais, recém legislados ou em discussão no âmbito legislativo. A contribuição fornecida é inegável e o ineditismo de muitos trabalhos corrobora a relevância dos eventos organizados pelo CONPEDI.

É nesse contexto que, como coordenadores do presente Grupo de Trabalho, apresentamos os trabalhos indicados acima, certos da contribuição que oferecem ao cenário jurídico nacional.

Edson Ricardo Saleme

Lívio Augusto de Carvalho Santos

Guilherme Aparecido da Rocha

# A COVID-19 E OS IMPACTOS NAS FINANÇAS PÚBLICAS

**Sérgio Henriques Zandona Freitas<sup>1</sup>**

**Nathália Rodrigues Generoso**

**Bruna Christine de Souza Ribeiro**

## **Resumo**

**INTRODUÇÃO:** Em virtude da pandemia do Corona vírus muitos foram os efeitos ocasionados em diversos âmbitos da sociedade. Além das notáveis alterações e investimentos necessários de forma rápida no âmbito da saúde para permitir a sua manutenção e evitar uma proliferação ainda maior do vírus, outro setor que sentiu consideravelmente os efeitos foi o setor da economia em diversos dos seus seguimentos. Por óbvio alguns deles não tiveram quedas, ao contrário, potencializaram seus resultados, notadamente os setores da saúde. Entretanto encontraram resistências quando dependiam da participação de outros seguimentos. Quando se refere aos impactos no setor da economia, não podemos deixar de incluir os setores públicos que também sofreram os seus efeitos. **PROBLEMA DE PESQUISA:** O presente estudo propõe a realizar levantamento e apresentar o impacto financeiro causado pela pandemia do Covid-19 na arrecadação, bem como nos gastos públicos no âmbito do Estado de Minas Gerais. Apesar de vários outros entes federados sofrerem o mesmo impacto e dificuldades que estão e ainda serão enfrentadas, não serão objeto do presente estudo que busca limitar os impactos enfrentados e se seria possível um planejamento divergente dado o curto espaço de tempo do avanço da doença. O problema que guia a investigação se estrutura da seguinte forma: Como a pandemia da COVID-19 impactou e impactará as finanças públicas do Estado de Minas Gerais nos anos de 2020 a 2022? **OBJETIVOS:** Como objetivo geral da pesquisa, busca-se compreender os impactos que a COVID-19 trouxe e trará para as finanças públicas no Estado de Minas Gerais, no período de 2020 a 2022. Já os objetivos específicos, se dispõem a: a) Identificar e conceituar os aspectos fundamentais das finanças públicas; b) Analisar a composição do orçamento do Estado de Minas Gerais; c) Estudar a composição das despesas do Estado de Minas Gerais; d) Fazer uma comparação do orçamento e das despesas antes e após o COVID-19; e) Analisar os impactos da COVID nas finanças públicas; f) Investigar instrumentos legais para a minimização dos efeitos da COVID nas finanças públicas. **MÉTODO E METODOLOGIA:** Do ponto de vista metodológico, a contribuição se tornou possível a partir do desenvolvimento de uma pesquisa com finalidade descritiva. No caso deste estudo, o fenômeno a ser descrito é o impacto da pandemia da COVID-19 nas finanças públicas do Estado de Minas Gerais. Para que fosse possível responder ao problema em tela, o caminho da pesquisa qualitativa, bem como quantitativa, foi o mais adequado. Utiliza-se, principalmente, a pesquisa bibliográfica, constituída por livros, artigos científicos, dissertações e teses de doutoramento (Banco de Teses e Dissertações); embora a pesquisa documental também foi utilizada por meio de documentos como: reportagens de jornal, relatórios de pesquisa, documentos oficiais, estatísticas dos tribunais e órgãos de controle dos gastos e arrecadações

---

<sup>1</sup> Orientador(a) do trabalho/resumo científico

públicas. A fonte principal de consulta consiste na legislação brasileira relacionada direta ou indiretamente com a Administração Pública e Finanças Públicas, além das obras de autores da área do Direito e afins, que são objeto de profunda análise e estudo. RESULTADOS ALCANÇADOS: Como resultados preliminares, constatou-se que, com a pandemia, a arrecadação das receitas em Minas Gerais diminuiu consideravelmente, considerando que a maior parte de sua arrecadação é proveniente dos impostos o que com a pandemia se restou prejudicada. Segundo o Secretário de Estado da Fazenda, até meados de abril, já se estimava perdas na arrecadação de 36% sob o ICMS e em relação ao IPVA de 44%. Com estas projeções se esperava apenas em abril uma perda de R\$1,150 bilhão sendo que este valor chegaria a R\$2,5 bilhões em maio. Lado outro, evidente que com o cenário atual e inevitável necessidade de destinar reforços financeiros na saúde os gastos aumentaram (MINAS GERAIS, 2020). Com este cenário apresentado é impossível não ocasionar déficit nas contas públicas. Tal cenário trouxe efeitos danosos e projeções cada dia mais assustadoras que serão enfrentadas pelo Estado dada a evolução da doença e falta de perspectivas concretas quando do fim da situação. Necessário choque de gestão, com o controle e diminuição de gastos públicos em vários outros setores, em especial, os não essenciais da administração pública, implemento de privatizações, adoção de parcerias público privadas, parcerias entre o Legislativo e Judiciário para diminuição dos gastos com pessoal, dentre outras iniciativas com o Governo Federal.

**Palavras-chave:** Pandemia, COVID-19, Finanças públicas

### **Referências**

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GIAMBIANGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. Salvador: Jus PODIVM, 2016.

MINAS GERAIS. Queda na Arrecadação Provoca Suspensão de Abonos. Agência Minas, 2020. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/queda-na-arrecadacao-provoca-suspensao-de-abonos-2020-04-16-21-39-00-0300>. Acesso em: 06 set. 2020.